

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' at the top right and a signature that appears to be 'André'.

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Obra Kolping Portugal

ANO : 2025

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade

- 1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
- 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- 3.1 Principais políticas contabilísticas
- 3.2 Alterações nas estimativas contabilísticas

4 - Ativos fixos tangíveis

- 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
- 4.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

5 - Custos de empréstimos obtidos

- 5.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:
- 5.2 Outras divulgações

6 - Inventários

- 6.1 Quantia escriturada de inventários

7 - Rendimentos e gastos

- 7.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
- 7.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
- 7.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 7.4 Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

- 8.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
- 8.2

9 - Instrumentos financeiros

- 9.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

10 - Benefícios dos empregados

- 10.1 Pessoal ao serviço da empresa
- 10.2 Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão
- 10.3 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

12 - Impostos e contribuições

12.1 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

13 - Fluxos de caixa

13.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Notas às Demonstrações Financeiras



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Obra Kolping Portugal
Número de identificação de pessoa coletiva: 501933310
Lugar da sede social: Quinta da Cruz Alta
Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

A Obra Kolping Portugal, pessoa colectiva número 501933310, é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatuto reconhecido e publicado no diário da republica n.º 221 de 25-09-1991, tem sede na Quinta da Cruz Alta, Concelho de Lamego, Distrito de Viseu.

Fundada em 1987, a Obra Kolping é uma associação de Cristãos, inspirada na vida e obra do Padre Adolfo Kolping, na Doutrina Social da Igreja e nas orientações da Obra Kolping Internacional. Tem como obectivos apoiar a população, promovendo a sua integração social e comunitária.

É uma entidade formadora acreditada pela DGERT com n.º 783.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, não se verificaram quaisquer casos

excepcionais que implicassem e justificassem a derrogação de qualquer disposição prevista neste normativo.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

O conteúdo das demonstrações é comparável com o do ano anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido

das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. Alterações nas estimativas contabilísticas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos activos fixos tangíveis (vidas úteis e método de depreciação), os relativos a devedores por acréscimos de rendimentos (subsídios) e eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros. O financiamento das despesas suportadas com algumas das actividades, pode nos termos legais, ser objecto de posteriores verificações, a efectuar pelos órgãos nacionais e comunitários competentes.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	40.328,01	2.176.753,44	188.730,21	63.751,18	214.159,25		3.381,37	47.291,03		2.734.394,49
Depreciações acumuladas		1.480.124,12	168.583,72	61.751,18	214.574,05		1.332,46			1.926.365,53
Saldo no início do período	40.328,01	696.629,32	20.146,49	2.000,00	(414,80)		2.048,91	47.291,03		808.028,96
Variações do período		(12.879,72)			(381,44)					(13.261,16)
Total de aumentos										
Total diminuições		12.879,72	381,44							13.261,16
Depreciações do período		12.879,72	381,44							13.261,16
Outras transferências			381,44		(381,44)					
Saldo no fim do período	40.328,01	683.749,60	20.146,49	2.000,00	(796,24)		2.048,91	47.291,03		794.767,80
Valor bruto no fim do período	40.328,01	2.176.753,44	188.730,21	63.751,18	214.159,25		3.381,37	47.291,03		2.734.394,49
Depreciações acumuladas no fim do período		1.493.003,84	168.583,72	61.751,18	214.955,49		1.332,46			1.939.626,69

5 - Custos de empréstimos obtidos

- 5.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	315.959,60	80.013,70	235.945,90	27.105,73	10.609,78				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	285.274,40	80.013,70	205.260,70	27.105,73	10.609,78				
Outros financiadores	30.685,20		30.685,20						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos	315.959,60	80.013,70	235.945,90	27.105,73	10.609,78				

- 5.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	26.930,37	23.987,57
Juros de financiamentos suportados	10.434,42	19.760,82
Outros juros de financiamentos obtidos	10.434,42	19.760,82
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	16.495,95	4.226,75

6 - Inventários

- 6.1. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		70,21	70,21		169,40	169,40
Compras		19.361,22	19.361,22		27.454,83	27.454,83
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais					70,21	70,21
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		19.431,43	19.431,43		27.554,02	27.554,02
OUTRAS INFORMAÇÕES						

7 - Rendimentos e gastos

7.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

7.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período
Prestação de serviços	149.851,49
Juros	168,89
Total	150.020,38

7.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	28.767,95	18.227,89
Trabalhos especializados	9.034,36	4.027,82
Publicidade e propaganda	236,16	
Honorários	12.803,88	9.808,50
Conservação e reparação	6.509,03	4.391,57
Outros	184,52	
Materiais	973,59	1.651,60
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	117,08	706,87
Material de escritório	816,30	944,73
Artigos para oferta	20,00	
Outros	20,21	
Energia e fluidos	28.756,17	37.022,12
Eletricidade	11.632,33	12.622,38
Combustíveis	15.420,48	23.097,50
Água	1.703,36	1.302,24
Deslocações, estadas e transportes		1.837,48
Deslocações e estadas		1.837,48
Serviços diversos	8.422,52	8.443,17
Rendas e alugueres	281,56	
Comunicação	3.135,70	3.594,17
Seguros	1.686,98	1.374,89
Contencioso e notariado	849,10	395,59
Despesas de representação	501,70	
Limpeza, higiene e conforto	1.722,61	2.508,32
Outros serviços	244,87	570,20
Total	66.920,23	67.182,26

7.4. Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

O Valor registo na conta 68 - Outros gastos tem a seguinte decomposição:

- Atribuição de donativos (bens alimentares) - 8.711,99 euros;
- Correções relativas a exercícios anteriores - 1.009,00 euros
- Gastos com apoios financeiros concedidos - 89.422,83 euros
- Outros não especificados - 1.740,62 euros

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração		85.807,69	85.807,69					83.483,64	83.483,64
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total		85.807,69	85.807,69					83.483,64	83.483,64

8.2.

9 - Instrumentos financeiros

- 9.1. **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	53.464,12			53.464,12
Resultados transitados	468.371,85		(66.517,42)	401.854,43
Outras variações nos capitais próprios	17,38			17,38
Outras variações	17,38			17,38
Total	521.853,35		(66.517,42)	455.335,93

10 - Benefícios dos empregados

10.1. Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de trabalhadores ao longo do ano foi de 8 funcionários.

10.2. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os membros dos órgãos estatutários não são remunerados.

10.3. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	182.981,83	126.945,21
Remunerações do pessoal	149.006,46	100.414,20
Encargos sobre as remunerações	30.578,45	21.549,43
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.289,68	2.281,58
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	2.107,24	2.700,00

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais**11.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

- Situação tributária:

A 31 de Dezembro de 2025 a entidade apresentava a sua situação regularizada perante a Segurança Social e Finanças, com acordos de pagamento celebrados.

12 - Impostos e contribuições**12.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos	187,51	1.074,00	212,51	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		1.539,66		364,18
Contribuições para a Segurança Social		18.040,97		6.994,59
Total	187,51	20.654,63	212,51	7.358,77

13 - Fluxos de caixa**13.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	885,19	45.917,15	45.802,19	1.000,15
Depósitos à ordem	7.697,37	353.882,68	354.658,18	6.921,87
Outros depósitos bancários				
Total	8.582,56	399.799,83	400.460,37	7.922,02

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente	4		
Ativos fixos tangíveis		794.767,80	808.028,96
Investimentos financeiros		5.000,00	5.000,00
		799.767,80	813.028,96
Ativo corrente			
Inventários	6		70,21
Créditos a receber	8	15.635,02	14.125,35
Estado e outros entes públicos		187,51	212,51
Caixa e depósitos bancários		7.922,02	8.582,56
		23.744,55	22.990,63
Total do ativo		823.512,35	836.019,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	10		
Fundos	8	53.464,12	53.464,12
Resultados transitados		401.854,43	468.371,85
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7	17,38	17,38
Resultado líquido do período		(55.296,26)	(60.883,26)
Total dos fundos patrimoniais		400.039,67	460.970,09
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5;8	285.020,73	202.330,37
		285.020,73	202.330,37
Passivo corrente			
Fornecedores	8	44.392,07	19.696,02
Estado e outros entes públicos		20.654,63	7.358,77
Financiamentos obtidos	5;8	30.938,87	110.237,12
Diferimentos		13.047,21	8.527,60
Outros passivos correntes	8;9	29.419,17	26.899,62
		138.451,95	172.719,13
Total do passivo		423.472,68	375.049,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		823.512,35	836.019,59

Assinado por: **Nuno Miguel Maças Gomes**
 Num. de Identificação: 11990360
 Data: 2026.05.25 23:16:12+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 83181**



Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em
31/12/2025
(montantes em euros)

Obra Kolping Portugal

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	14	149.851,49	167.480,34
Subsídios, doações e legados à exploração	7	200.524,77	42.937,83
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(19.431,43)	(27.554,02)
Fornecimentos e serviços externos	14	(66.920,23)	(67.182,26)
Gastos com o pessoal	9	(182.981,83)	(126.945,21)
Outros rendimentos	14	5.685,20	504,21
Outros gastos		(101.853,84)	(12.898,23)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		(15.125,87)	(23.657,34)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(13.261,16)	(13.261,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(28.387,03)	(36.918,50)
Juros e rendimentos similares obtidos	14	196,50	22,81
Juros e gastos similares suportados	5	(27.105,73)	(23.987,57)
Resultado antes de impostos		(55.296,26)	(60.883,26)
Resultado líquido do período		(55.296,26)	(60.883,26)

Assinado por: **Nuno Miguel Maças Gomes**
 Num. de Identificação: 11990360
 Data: 2026.05.25 23:17:12+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 83181**



Administração / Gerência

Contabilista Certificado Nº 83181

[Handwritten signatures in blue ink]

